

EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10497/2026

ANEXO IV
DECLARAÇÕES UNIFICADAS

À
Prefeitura Municipal de Uruaçu – GO
Concorrência Eletrônica 008/2026
Processo Administrativo: 10497/2026.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ com sede na _____, por seu representante legal _____, RG _____ e CPF _____, DECLARA:

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº ___/___ instaurada pela Prefeitura Municipal de Uruaçu-GO que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Declara para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamenor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

DECLARAÇÃO QUE NÃO INTEGRA EM NOSSO CORPO SOCIAL, NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência Eletrônica ___/___, instaurada pelo Município de Uruaçu-Go, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Concorrência Eletrônica ____/____ do Município de Uruaçu-GO que a empresa tomou conhecimento do edital e de todas as condições de participação na licitação e se compromete a cumprir todos os termos do edital, e a fornecer material de qualidade sob as penas da lei.

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Declara, para os devidos fins, que os bens e/ou serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação.

OU

Que não é obrigada a observar reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, vez que possui menos de 100 funcionários, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PROPOSTA

Declara, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e os termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º, do inciso IV, do artigo 63, da Lei 14.133 de 2021 e em outras normas específicas.

Declaro ainda que as propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL

Declara, para os devidos fins, especialmente para participação em processo licitatório, que se **ENQUADRA** na condição de ME/EPP, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que atende plenamente aos requisitos legais para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação vigente.

OU

Declara, para os devidos fins, especialmente para participação em processo licitatório, que **NÃO** se enquadra na condição de Microempresa (ME), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **NÃO FAZENDO JUS**, portanto, ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação vigente.

Declara, ainda, que está ciente de que a prestação de informações inverídicas poderá acarretar as sanções administrativas, civis e penais previstas em lei, especialmente aquelas previstas na legislação de licitações e contratos administrativos.

Local e data

Nome e Assinatura do representante da empresa

ESTE DOCUMENTO CONSTITUI MODELO MERAMENTE ILUSTRATIVO, CABENDO À EMPRESA DECLARANTE ELABORAR A DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO, COM BASE EM SUAS PRÓPRIAS INFORMAÇÕES E DE ACORDO COM SUA REALIDADE